

O Direito e as Relações entre o Económico e o social — Notícia de um Congresso

Em 8 e 9 de Novembro de 1990, realizou-se em Coimbra, no âmbito das comemorações dos 700 anos da sua Universidade, o 7º Colóquio da *Association Internationale de Droit Economique* (AIDE), organizado com a colaboração da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais, cujo tema global foi "O direito e as relações entre o económico e o social".

Na sessão de abertura destacaram-se as palavras introdutórias proferidas por Gérard Farjat (Universidade de Nice — Sophia Antipolis), presidente da AIDE. Os trabalhos do congresso, propriamente ditos, iniciaram-se com dois relatórios gerais, um apresentado por Laszlo Nagy (Universidade de Szeged), outro, por Elie Alfandari (Universidade de Paris — Dauphine), que situou assim a problemática que ia ser discutida: "O "económico" e o "social" são difíceis de definir, e mesmo de diferenciar. Convenhamos, contudo, que podem abranger campos diferentes, ter finalidades diferentes, e até dizer respeito a categorias de pessoas diferentes. Podem surgir conflitos, e uma das funções do direito seria a de, primeiro de tudo, ter em conta estas diferenças (ordem pública económica e ordem pública social, técnicas de eficácia social e técnicas de eficácia económica...), e depois tentar coordenar e até harmonizar os dois. Acontece, porém, que o direito pode servir a "camuflagens", quando reveste medidas, cuja finalidade é económica, de um carácter social ou inversamente (efeitos requintados e não efeitos perversos)."

A sessão da tarde ocupou-se da Economia Social. Presidiu Bernard Remiche (Universidade Católica de Lovaina) e apresentou o relatório de introdução Bernard Grelon (Universidade Paris — Dauphine). As comunicações versaram sobre diversos aspectos da economia social. Ian

Snaith (Universidade de Leicester) falou acerca de "O mutualismo"; Philippe Adair (Universidade de Paris XIII), sobre "A empresa intermediária"; Rui Namorado (Universidade de Coimbra) analisou "O social e o económico nas cooperativas"; Xavier de Beys (Ligue des Familles de Bruxelles), "As associações com actividade económica". Diversos participantes intervieram num debate vivo. Ficaram patentes a heterogeneidade e a problematicidade da economia social, bem como as virtualidades da sua evolução.

No dia 9, de manhã, a sessão presidida por Orlando de Carvalho (Universidade de Coimbra) teve como tema global, "A empresa, o económico e o social". Umberto Romagnoli (Universidade de Bolonha) apresentou o relatório de introdução, destacando a projecção crescente da empresa no direito do trabalho: "É exactamente porque o sistema produtivo conheceu um desenvolvimento tão imprevisto quanto tumultuoso, graças igualmente às novas tecnologias, que a empresa se tornou no baricentro do direito do trabalho. A sua centralidade é tal que a única técnica que pode permitir ao direito do trabalho exercer a função reformadora que lhe é própria é manter-se no seu seio, mais do que outrora e, apesar de o fazer de um modo diferente, com o fim de recuperar um espaço social num ambiente estruturalmente hostil". Wolfgang Däubler (Universidade de Bremen) percorreu os "Poderes económicos dos assalariados"; Jorge Leite (Universidade de Coimbra) avaliou "A participação dos assalariados"; Eric Balate (Universidade Católica de Lovaina) pronunciou-se sobre "Direito da concorrência e efeitos sociais"; Carlos Palomeque Lopez (Universidade de Salamanca) mostrou "A empresa como lugar de prestações sociais". A discussão a partir das comunicações apresentadas foi animada, tornando-se nítida a conflitualidade complexa que atravessa a problemática empresarial, bem como a sua repercussão no cerne da respectiva expressão jurídica.

Na primeira sessão da tarde, estiveram em debate "Os poderes públicos, o económico e o social", sob a presidência de Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra). O relatório de introdução coube a Vitor Constâncio (Universidade Técnica de Lisboa) que, distanciando-se do economicismo apressado que pretende julgar sumariamente a intervenção do Estado na economia, lembrou que: "Os economistas têm muitas vezes uma visão redutora da realidade; e um certo tipo de pensamento económico ortodoxo, neoclássico, partindo de um conceito de racionalidade individual baseado na maximização do interesse próprio sujeito a restrições, e num conceito de valor social ou de racionalidade colectiva ligado à maximização das utilidades individuais, tem muitas vezes uma visão redutora da intervenção do Estado". Fizeram comunicações: Jean-Marc Dutrénit (Universidade de Lille), "A inserção e os seus efeitos económicos"; Maria Manuel Leitão Marques e Casimiro Ferreira (Universidade de Coimbra), "A concertação económica e social"; Gilles Martin (Universidade de Nice - Sophia Antipolis), "A privatização do social". No debate vieram à superfície, com especial força, questões da actualidade na concertação social, bem como o carácter estratégico da problemática desta sessão.

Fechando o congresso e abrindo os temas nele tratados a um relevante aspecto do seu futuro, dois deputados portugueses do Parlamento Europeu, Fernando Luís Marinho (Grupo Socialista) e José Barros Moura (Grupo Comunista), equacionaram o problema que lhes foi proposto: "E a Europa? (Do económico ao social)".

O encerramento solene dos trabalhos contou com a presença do Ministro do Emprego e Segurança Social do Governo português e do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra que proferiram breves alocações. Boaventura de Sousa Santos, Director do Centro de Estudos Sociais, fez o balanço do congresso, enunciando questões e problemas nele evidenciados que subsistem como desafios. Deu especial relevo, como proposta para se compreender o mundo de hoje, à divisão do sistema mundial "em três grandes centros e suas periferias, o centro norte-americano, o centro japonês e o centro europeu". Quanto a este refeiú a tentativa de resistir ao "seu eventual declínio", identificando-o como "um modelo que aceita um compromisso precário,

tenso, contraditório, mas sempre dinâmico, entre o económico e o social, regulado pelo direito, com uma forte participação do Estado".

A presença de universitários de diversos países, entre os autores de comunicações, bem como a de centenas de participantes, entre os quais bastantes estrangeiros; a qualidade das intervenções e a vivacidade dos debates; a escolha dos temas abordados, no âmbito da problemática global estruturante do colóquio — tornaram-no um êxito inequívoco que importa assinalar. ■

Rui Namorado

Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe"

Decorreu em Haia, de 21 a 27 de Novembro passado, o Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe", organizado pela European Network Women's Studies (ENWS).

A ENWS tomou a iniciativa de, pela primeira vez, organizar um encontro entre mulheres de quase todos os países europeus (apenas faltaram a Espanha e a ex-Alemanha Federal). Participaram 45 professoras universitárias, investigadoras e administradoras de instituições ligadas às políticas para a igualdade de oportunidades entre os sexos. A organização propunha-se fundamentalmente proporcionar um espaço de interconhecimento que pudesse superar a falta de informação, ou o excesso de desinformação, que tanto ajudou ao grande desconhecimento que cada lado da Europa tem sobre o outro.

Assim, para além de algumas temáticas mais específicas ("mulheres e tecnologias" e "mulheres e trabalho"), as atenções centraram-se nos grupos de trabalho dedicados à discussão do desenvolvimento dos "Women's Studies" nos vários países e à situação das mulheres nas sociedades da Europa de Leste. Foi, pois, com toda a naturalidade que a situação das mulheres dos países da Europa de Leste ocupou o lugar central das trocas de informação e de ideias, quer o espaço de interacção fosse o dos grupos de trabalho, quer fosse o do convívio informal.

Os termos em que estou a relatar este encontro acusam, porém, a teimosia em continuar a falar da Europa, enquanto uma entidade subdividida em duas metades mais ou menos homogêneas. A verdade é que no que diz respeito às questões das mulheres não se pode falar de duas Europas. Na Europa Ocidental, como na Europa de Leste, os países são fortemente contrastantes entre si. Pense-se, por exemplo, nos países nórdicos e nos latinos. Ao mesmo tempo é possível encontrar tendências claramente convergentes entre os países de ambos os lados.

As diferenças entre os vários países, quer de um lado quer do outro da Europa, surgem nas taxas de actividade feminina e na extensão da rede de equipamentos sociais de apoio à família. As similitudes são mais relevantes, do ponto de vista da reflexão sobre o lugar social das mulheres nas sociedades contemporâneas. Situam-se ao nível da participação das mulheres na esfera política, da sua quase exclusão dos postos de direcção e de administração de empresas e instituições, das diferenças salariais que discriminam a sua remuneração e da sua acumulação da dupla tarefa.

Antes da queda (ou derrube?) do muro de Berlim, era comum ouvir dizer que, nos países da Europa de Leste, os governos tudo faziam para promover socialmente a condição feminina, que o apoio dado à família era adequado ao trabalho assalariado das mulheres, que os problemas do trabalho doméstico se resolveriam assim que as dificuldades económicas fossem superadas. Não se justificava, assim, a existência de organizações autónomas de mulheres (com excepção das secções femininas dos partidos), pois as questões sociais das mulheres eram envolvidas no traje ideológico único que não admitia diferenciação nos problemas dos que em conjunto caminhavam para a sociedade comunista. Afinal, reconhece-se agora que isso era falso. No Ocidente, Hilda Scott, por exemplo, já denunciava nos anos 70 o socialismo real como organização social que discriminava as mulheres, mas tal como este tipo de literatura foi sempre censurada nesses países, qualquer tratamento público destes problemas era igualmente reprimido.

Um dos aspectos que, no entanto, mais sobressaiu no discurso das Europeias de Leste foi a sua preocupação com a procura de caminhos para o "agora", pondo um tanto de lado o remoer do passado.

Tal preocupação fazia-se sentir no entusiasmo com que se referiam ao forte envolvimento das mulheres na dinâmica social de transformação que atravessa os seus países, mas também nos receios de que práticas e discursos do passado tenham uma influência negativa nas mudanças actuais. As referências mais frequentes vão para o receio de que ao vazio religioso se suceda agora um fanatismo religioso que contamine a moral social e sexual, ou que o vazio deixado pelo colectivismo seja preenchido com o fanatismo do individualismo e do liberalismo económico que acabe por, como sempre, pôr em perigo as mulheres, enquanto sujeitos sociais mais fracos. É, aliás, interessante notar como a questão do mercado é objecto de sentimentos ambíguos e expectativas contraditórias. Por um lado, o mercado é visto como a nova organização económica desejada, como aquela que vai tirar aquelas economias do abismo a que o estatismo as conduziu, e, por outro lado, as qualificações e as capacidades necessárias a um desempenho competitivo são encaradas com extrema ansiedade.

Várias propostas e solicitações foram surgindo ao longo dos trabalhos, nomeadamente, de intercâmbio de *comunicação* (troca de revistas, programa de tradução de textos publicados nas línguas minoritárias, troca de especialistas, redes centradas em tópicos), de desenvolvimento da *coordenação* (criação de bancos de dados sobre pesquisa e recursos, redes internacionais para coordenar as associações nacionais), de promoção da *investigação* (sobre as áreas da política, da administração e do trabalho doméstico), de organização de *conferências* (sobre os direitos sociais, a transformação tecnológica e a educação) e de realização de *acções de formação* (em administração financeira e gestão, em relações públicas, e em "Women's Studies" — métodos de ensino e de pesquisa).

A necessidade de suprir as insuficiências de informação sobre "Women's Studies" foi constantemente assinalada e ela encontrou, de facto, tradução ao nível das recomendações finais do seminário. Portugal é um dos últimos países da Comunidade Económica Europeia que não possui uma organização específica que promova o intercâmbio entre as pessoas e as instituições interessadas nos "Women's Studies". A iniciativa já em curso no sentido de criar a Associação Portuguesa

‘Estudos Sobre as Mulheres’ leva-nos a pensar que tal será por pouco tempo. Oxalá, pois, para além do seu papel no quadro nacional, vai ser certamente um elemento chave da nossa ligação internacional, quase impossível de fazer ao nível individual, fora de qualquer quadro institucional.

Numa fase de paralisia dos movimentos das mulheres e de feminismo difuso, a presença dos “Estudos Sobre as Mulheres” no ensino e na investigação pode tornar-se uma forma de resistência importante, contra o que pensam certos sectores de opinião que vêm na académização, a que os Women’s Studies correspondem, uma desradicalização do feminismo. ■

Virgínia Ferreira

Os Cânones também se abatem—Notícia sobre o Colóquio *O Cânone nos Estudos Anglo-Americanos*, organizado pelo Grupo de Estudos Anglo-Americanos da F.L.U.C., 14-15-16 de Fevereiro de 1991

Lembro-me que em meados da década de oitenta, encontrando-me em suave recolhimento a participar, juntamente com algumas dezenas de colegas americanistas estudiosos da literatura, num seminário intensivo que decorria num elegante palácio de Salzburg, o remanso do retiro foi abruptamente interrompido pelas sessões de discussão de um livro algo polémico, então ainda no prelo. Tratava-se de *Sensational Designs: The Cultural Work of American Fiction 1790-1860*, de Jane Tompkins (Nova Iorque: Oxford University Press, 1985), obra em que a autora, com base no postulado fundamental daquilo a que chama “um novo tipo de crítica histórica”, propõe uma reavaliação da herança literária americana. Para tanto, Tompkins procede a um trabalho de desmontagem dos mecanismos de consagração institucional e popular de alguns exemplos de ficção americana do século XIX, demonstrando o modo como a relação específica com o tempo histórico e as mentalidades condiciona esse intrincado processo de inclusão/exclusão pelo qual o

perfil de uma literatura nacional vai sendo construído.

Por outras palavras, o livro de Jane Tompkins (por cujas intenções falavam inequivocamente capítulos com títulos como “A política da reputação literária de Hawthorne” ou “*A cabana do Pai Tomás* e a política da história da literatura”) visava o questionamento frontal da formação do chamado **cânone** literário, e surgia no contexto de uma então já longa sequência de provocações semelhantes—na sequência, de facto, de uma persistente e sistemática impugnação, por parte dos mais diversos quadrantes, da proverbialmente inexpugnável cidadela dos “clássicos”. Daí ter sido com alguma surpresa que assisti à reacção sobressaltada da elite académica presente em Salzburg, tanto mais que o pretexto primordial para o seu encontro tinha precisamente a ver com supostas “novas perspectivas” sobre a literatura norte-americana. E achei que as recusas mais vigorosas do estudo de Tompkins se deviam, por um lado à própria estratégia da autora (frontal e afirmativa numa área disciplinar que se habituou a valorizar o argumento especioso e a nuance bizantina), mas não menos ao facto de, na sua esmagadora maioria, os participantes no seminário provirem dos tradicionais departamentos de literatura (ou “English”).

Com efeito, dado que nestes é maior o lastro das poéticas convencionais, e em particular do New Criticism e seus avatares, sente-se também aí menos a disponibilidade para a interrogação radical. Uma interrogação que se começou a esboçar com o despontar de vozes minoritárias (de negros, mulheres, índios, “gays”, comunidade hispânica, etc.) que aos poucos se foram assumindo e impondo como alternativa legítima; que apertou o seu cerco ao *corpus* e aos padrões canónicos na sequência do interesse e procura crescente pelas áreas da “Popular Culture” e dos “American Studies” (com relevo para a cultura material e a História); uma interrogação, enfim, que se tomou irreversível em resultado do surgimento de metodologias transgressoras e da proliferação de departamentos novos (e seria ingénuo pensar-se que o assalto ao cânone não passa às vezes também por meras demarcações territoriais no interior de um espaço profissional congestionado pela concorrência).

Seja como for, a polémica à volta do cânone veio para ficar. No cerne da

polémica encontramos velhas questões da teoria literária como sejam a natureza e a função da literatura, a (im)permanência dos critérios estéticos e a necessidade (ou não) da valorização. Na sua roupagem mais actual, a discussão tem-se organizado fundamentalmente em torno de dois termos fulcrais: por um lado a ênfase na **literariedade** (que o mesmo é dizer, numa dimensão formal que é herdeira directa da estética modernista e que a si mesma se tem posto em causa através de uma prática paródica e de "exaurição"); por outro lado a ênfase na **relevância**, de que a citada obra de J. Tompkins é exemplo paradigmático.

Se as flutuações das modas artísticas e as contingências dos juízos estéticos — perfeitamente observáveis pelo simples cotejo das antologias literárias que as diferentes épocas vão produzindo — foram sempre um fenómeno intrigante, e do maior interesse para áreas como a sociologia do gosto, a recente agudização da consciência do *cânone-enquanto-construção* veio tornar mais evidentes as implicações políticas e ideológicas de toda esta problemática. Daí algumas repercussões palpáveis no sensível meio académico, que vão desde a candente reformulação curricular ao nível dos ensinos superior e secundário até controvérsias como a que há pouco opôs os reformadores da Universidade de Stanford aos responsáveis federais pelo sistema americano de ensino, passando por intervenções públicas como a famosa jeremiada de Allan Bloom (em *The Closing of the American Mind*¹) contra a instalação do "historicismo e do relativismo" no seio das Humanidades. Daí também que durante a última década a "questão do cânone" tenha polarizado uma parte considerável dos debates teóricos no âmbito dos Estudos Americanos (e Anglo-Americanos), razão que por si só justificaria plenamente a iniciativa do Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra noticiada em epígrafe.

Já em 1980, e nestas mesmas páginas, o G.E.A.-A. dera mostras de certa propensão para a heterodoxia, ao reunir um estimulante conjunto de textos que se debruçavam sobre objectos de investigação tão incomuns como eram (e em boa

medida continuam a ser ainda hoje) a ficção científica, as biografias operárias, a literatura fantástica, contos populares portugueses, etc.². Ao realizar, agora, este Colóquio, o G.E.A.-A. terá cumprido alguns dos objectivos a que por inerência se obrigam os membros de uma instituição que se pretende ponta de lança da investigação e do saber. A saber: divulgar os frutos do seu próprio trabalho e pesquisa e promover o diálogo fertilizante com outras Escolas; trazer até nós um debate que, como se viu, tem ocupado e preocupado a comunidade internacional da especialidade (e não se pense que Portugal está à margem da controvérsia, pois um mero exame superficial dos nossos currículos universitários demonstrará como as cadeiras de Literatura são geralmente transformadas em visitas ao Panteão dos vultos [con]sagrados, e quase invariavelmente já falecidos); em última análise, interpellar a Universidade — no oportuno momento em que ela comemora sete centenas de anos de existência — sobre o seu papel enquanto instância por excelência legitimadora das decisões sobre inclusão e exclusão que, de uma forma ou de outra, lhe são cometidas.

Para além de representantes do ensino secundário e de praticamente todas as Escolas superiores do país, participaram no Colóquio diversos convidados estrangeiros, oriundos de países como os Estados Unidos (Universidades de Yale e Wisconsin), Inglaterra (Universidades de Cambridge e Manchester), Irlanda (Universidade de Dublin), Canadá (Universidade de Manitoba) e Áustria (Universidade de Salzburg). E se houve algum desapontamento derivado do cancelamento, à última hora, de um par de intervenções (mormente a do insigne Frank Kermode), também houve lugar a surpresas agradáveis. Foi, por exemplo, o caso da dupla comunicação, minudente e a todos os títulos edificante, do Professor C. B. Cox (Manchester), responsável pela equipa que procedeu à remodelação curricular actualmente em curso nos estabelecimentos de ensino secundário do seu país. Paralelamente ao programa público previsto, e no quadro de um esforço mais vasto para aprofundar os contactos institucionais entre as entidades presentes, foram igualmente dados passos decisivos no sentido da assinatura de um convénio de cooperação e intercâmbio entre as

¹ Tradução portuguesa, *A Cultura inculta*, 1988.

² *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 4-5.

Universidades de Coimbra e Wisconsin/Madison, naquilo que terá constituído um dos resultados mais positivos deste encontro.

As sessões formais previstas — conferências de âmbito abrangente, comunicações de incidência mais restrita, mesas-redondas — produziram um programa globalmente equilibrado, com espaço para a representação significativa de todo o espectro de áreas e práticas não-canónicas: os "black studies" e os "women's studies" (de facto tão amplamente representados, que de uma verdadeira paracanonicalização se poderá talvez falar); a ficção científica e a poesia "gay" (por José Manuel Mota e Graça Capinha, respectivamente), apesar de tudo ainda parentes pobres entre as novas disciplinas; a reflexão sobre a teoria e as metodologias (que teve um momento importante na defesa, por Isabel Pedro dos Santos, da especificidade da autobiografia feminina enquanto género); a própria confrontação com os clássicos (v. Stephen Wilson sobre Ezra Pound e W. McCormack sobre Samuel Beckett) — uma obrigação natural para qualquer estudioso que se preze, porque, como bem salientou Maria Isabel Caldeira na sua intervenção "A cor do cânone", a pesquisa adentro de áreas científicas até aqui tidas por marginais não só não permite a ignorância da Tradição, como obriga a um acréscimo de competência no que a ela diz respeito.

Outro tipo de competência — a linguística — foi outra das vertentes em análise, com atenção aos delicados problemas de bilinguismo e de interferência cultural com que actualmente se debatem os sistemas de ensino inglês e norte-americano. No entanto, as questões de feição mais imediatamente pedagógica e profissional encontraram o seu fórum adequado em mesas-redondas destinadas ao efeito, reunidas sob os títulos "Uma língua canónica? O Inglês no Ensino Secundário" e "Os Estudos Anglo-Americanos nas universidades portuguesas".

De entre as intervenções a cargo de estrangeiros, algumas são merecedoras de destaque particular, pelo modo como ajudaram a definir com rigor os contornos das temáticas abordadas. Refiram-se a de

Herbert Hill, Professor da Universidade de Wisconsin e membro histórico do NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), que trouxe a narrativa vivida da "afirmação intelectual e institucional dos Black Studies nos Estados Unidos"; a da Professora Mary Lydon, da mesma universidade, que traçou os pontos de continuidade e descontinuidade entre a crítica feminista francesa e a americana; a de Stephen Reckert (Univ. Nova de Lisboa), que com eloquência viajou os mundos de relatividade que medeiam entre os cânones públicos e nacionais e cada um dos nossos cânones pessoais; e finalmente a de Michael Denning (Univ. de Yale), para quem a investigação consequente no novo panorama pós-canónico em que já vivemos é impensável sem o recurso a um quadro teórico encimado por essa metadisciplina que dá pelo nome de "Culture Studies".

Esta última proposta não é, propriamente, nova. Basicamente, ela vai no mesmo sentido do que também propõe o "Culture Criticism": uma tentativa metodologicamente séria de dar sentido e de fazer justiça ao saber atomizado e des-sacralizado dos dias de hoje. Outras tentativas afins ensaiadas nas últimas décadas nos E.U. foram os projectos multi- e transdisciplinares corporizados pelos estudos no âmbito da chamada "Popular Culture" e pela emergência dos "American Studies". E não obstante as insuficiências de tais projectos — o viés demasiado populista num caso, o excessivo nacionalismo no outro, ainda uma certa falta de sofisticação teórica, etc. —, é justo observar que um inegável mérito lhes subjaz, sobretudo nas suas mais recentes formulações: a procura daquela "aguda consciência crítica" que (nas palavras da Professora Maria Irene Ramalho de Sousa Santos proferidas na abertura do Colóquio) "os especialistas de ciências humanas, simultaneamente questionadores do cânone e seus autores, se devem a si próprios".

Uma consciência crítica, diga-se em balanço final, para que a organização deste Colóquio veio, indiscutivelmente, contribuir. ■

João Paulo Moreira